Diário de bordo

# Uma nova tentativa...



Roberto Rodrigues*

EM MEADOS de julho, o Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, deputado Mendes Ribeiro Filho, instalou em Brasília o Comitê Estratégico para assessorá-lo na formulação das políticas voltadas ao desenvolvimento sustentável do agro brasileiro. O grupo conta com cinco ex-ministros da pasta, com os presidentes das principais entidades de representação do setor produtivo rural – CNA, OCB, ABAG, SRB –, com deputados e senadores ligados à bancada agrícola, com destacados líderes da sociedade civil urbana e até com membros de outros organismos governamentais. Com isso, Mendes Ribeiro busca alguns objetivos: contar com a experiência de seus antecessores de outras épocas, com a colaboração dos principais líderes setoriais e do Parlamento, mas, sobretudo, ele procura reforçar sua posição política no interior do governo.

Na verdade, ele já tem obtido bons resultados com seu trabalho, graças à sua habilidade política (é claramente muito respeitado por seus pares da Câmara dos Deputados) e a suas boas relações pessoais com sua Chefe maior. O mais recente destes resultados no estímulo à produção agropecuária foi o Plano Agrícola e Pecuário para a próxima safra, no qual os recursos de crédito rural cresceram, as taxas de juros caíram, as cooperativas foram apoiadas, o seguro rural evoluiu e, sobretudo, os médios produtores receberam mais incentivos. Este último ponto é muito importante, porque os médios produtores vêm sofrendo pela inexistência de planos específicos para eles, como já têm os pequenos (felizmente muito bem assistidos) e como já não precisam os grandes, que se viram por conta própria. Mas os médios, que são os principais responsáveis pela democracia no campo, tema fundamental para o crescimento harmonioso da economia rural, estavam perdendo capacidade de resistência e deixando a atividade. O Pronamp, programa especial para eles, é, portanto, uma conquista muito bem-vinda.

Todos esses sucessos devem-se também ao excelente núcleo técnico que assessora o Ministro, constituído majoritariamente por gente competente do MAPA, cuja qualidade profissional é reconhecida e respeitada pela burocracia do Planalto.

Mas nada disso é suficiente, e o Ministro sabe disso. Enquanto ele e sua equipe fazem das tripas coração para conquistar espaços para os produtores brasileiros e, com isso, atendem a um clamor internacional pelo crescimento da nossa produção agropecuária no sentido de melhor abastecer o mundo e mitigar a fome de milhares de cidadãos nos países emergentes; outros órgãos do mesmo governo não estão alinhados ao MAPA e emperram o avanço do setor.

São inúmeras e recorrentes as queixas quanto à morosidade do registro de novos defensivos agrícolas, compostos por moléculas mais modernas e muito menos agressivas ao meio ambiente, que podem ser aplicadas em doses menores, o que reduz o uso de água e combustíveis na aplicação.

Também são intensas as reclamações a respeito das posições do IBAMA, do INCRA, da FUNAI, da ANVISA e outros órgãos, para citar apenas algumas instituições que até podem ter boas intenções, mas erram na dose. A morosidade para a obtenção da ortorga da água para irrigação e da licença de desmatamento legal, e a burocracia para a obtenção de crédito rural (e aqui louve-se a atuação do Banco do Brasil, que vem buscando permanentemente melhorá-la) são alguns outros gargalos citados.

É claro que a lei tem quer ser cumprida, e quem estiver fora dela é passível de punição. O que não parece correto é a lentidão das providências legais, eventualmente filha dos preconceitos contra o agro, frutos da ignorância ou da desinformação.

Tudo isso está na agenda do Comitê, que, na verdade, deve ajudar o Ministro a defender um grande projeto para o desenvolvimento sustentável do agro brasileiro, um Código Agroambiental, que emerge naturalmente após a Rio +20. ■

*Embaixador Especial da FAO para o Cooperativismo, coordenador do Centro de Agronegócio da FGV e professor de Economia Rural da Unesp/Jaboticabal